



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central Eólica Acauã III S.A.

31 de dezembro de 2024



SUMÁRIO

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	04
Balancos patrimoniais	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	12
3 Caixa e equivalentes de caixa	14
4 Contas a receber	14
5 Imobilizado	15
6 Intangível	17
7 Tributos a recolher sobre o lucro	18
8 Fornecedores	19
9 Arrendamento	19
10 Provisão para compromissos futuros	20
11 Processos judiciais	21
12 Patrimônio Líquido	23
13 Transações com partes relacionadas	24
14 Receita líquida	24
15 Custos e despesas operacionais	25
16 Resultado financeiro	26
17 Instrumentos financeiros	26
18 Compromissos	30
19 Informações complementares ao fluxo de caixa	31
20 Eventos subsequentes	31

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A administração da Central Eólica Acauã III S.A., subsidiária integral da Aliança Geração de Energia S.A., na condição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

A Central Eólica Acauã III registrou geração bruta de energia de 55.424,71 MWh em 2024, alcançando a receita líquida de R\$ 12,4 milhões no período. As compras de energia totalizaram R\$1,6 milhão, em decorrência das transações comerciais de curto prazo. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi de R\$5,8 milhões (margem EBITDA de 46,8%) e um prejuízo de -R\$874 mil.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da

Central Eólica Acauã III S.A.

Santana dos Matos - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Acauã III S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Acauã III S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.478	817
Contas a receber	4	1.169	1.634
Tributos a Recuperar		-	9
Outros ativos		255	227
Total do ativo circulante		17.902	2.687
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		581	509
Outros valores a receber de partes relacionadas		1.059	1.059
Imobilizado	5	138.095	141.325
Intangível	6	7.623	8.663
Total do ativo não circulante		147.358	151.556
Total do ativo		165.260	154.243
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.331	2.219
Tributos a recolher sobre o lucro	7	44	-
Tributos e contribuições sociais a recolher		46	173
Arrendamentos	9	305	-
Provisão para compromissos futuros	10	228	361
Outros passivos		119	45
Total do passivo circulante		3.073	2.798
NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	9	2.475	-
Provisões para processos judiciais		45	29
Provisão para compromissos futuros	10	1.200	2.075
Total do passivo não circulante		3.720	2.104
Total dos passivos		6.793	4.902
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		152.711	139.955
Adiantamento para futuro aumento de capital		10.000	12.756
Prejuízos Acumulados		(4.244)	(3.370)
Total do patrimônio líquido		158.467	149.341
Total do passivo e do patrimônio líquido		165.260	154.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	13	12.430	5.957
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	14.a	(12.585)	(4.315)
RESULTADO BRUTO		(155)	1.642
Despesas gerais e administrativas		(374)	(1.063)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	14.b	(374)	(1.063)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(529)	579
Receitas financeiras	15	451	98
Despesas financeiras	15	(310)	(99)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(388)	578
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.1	(486)	(206)
Resultado líquido do exercício		(874)	372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Líquido do exercício	(874)	372
Total do resultado abrangente do exercício	(874)	372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2022		82.952	43.557	(3.742)	122.767
Aumento de capital	11.b	57.003	(57.003)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	-	26.202	-	26.202
Resultado líquido do exercício	11.a	-	-	372	372
Em 31 de dezembro de 2023		139.955	12.756	(3.370)	149.341
Aumento de capital	11.b	12.756	(12.756)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	-	10.000	-	10.000
Resultado líquido do exercício	11.a	-	-	(874)	(874)
Em 31 de dezembro de 2024		152.711	10.000	(4.244)	158.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota		31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício		(874)	372
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	5 e 6	6.350	2.214
Baixas líquidas de imobilizado	5	24	236
Juros, encargos, variações monetárias e outras variações		243	1
Imposto de renda e contribuição social	7	486	206
		6.229	3.029
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber		465	(1.634)
Tributos a recuperar		9	(8)
Outros ativos		(28)	(223)
Fornecedores		253	1.862
Tributos e contribuições sociais a recolher		(55)	(94)
Outros passivos		74	45
		718	(52)
Caixa gerado pelas operações		6.947	2.977
Imposto de renda e contribuição social pagos		(514)	-
Pagamento de compromissos futuros	10	(497)	(99)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		5.936	2.878
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições no imobilizado	19	(141)	(28.269)
Novas aplicações financeiras		-	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(141)	(28.269)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	10.000	26.202
Pagamento de arrendamento	9	(134)	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		9.866	26.202
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		15.661	811
No início do exercício	3	817	6
No fim do exercício	3	16.478	817
Aumento de caixa no exercício		15.661	811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Central Eólica Acauã III S.A. (“Companhia” ou “Acauã I”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

Em de março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade ações na Aliança Geração de Energia S.A. A conclusão da transação ocorreu em 13 de agosto de 2024, ocasionando na detenção da totalidade das ações emitidas pela Aliança. Como resultado, a nova controladora final da Companhia é a Vale S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 8.566 de 11 de fevereiro de 2020, que autorizou a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica Baixa do Sítio (“EOL Acauã III”), o qual os ativos da Companhia são parte, localizada no município de Santana do Matos, São Vicente, Lagoa Nova e Tenente Laurentino Cruz no Estado do Rio Grande do Norte e possui capacidade instalada de 16,80 MW e garantia física de 7,6 MW médios.

A Companhia, em conjunto com Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I e II”) e Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”), formam o Parque Eólico Acauã. A implantação do parque ocorreu nos municípios de Santana do Matos, São Vicente, Lagoa Nova e Tenente Laurentino Cruz, estado do Rio Grande do Norte, tendo este uma capacidade instalada total de 109,2 MW e 52,7 MW médios de garantia física. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa, com vencimento em fevereiro de 2055.

A Companhia teve início da operação comercial plena em agosto de 2023, contando com 4 (quatro) unidades geradoras de 4,2 MW (quatro mil e duzentos megawatts) cada, e potência instalada de 16,8 MW e garantia física de 7,6 MW médios.

a. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resoluções Normativas ANEEL nº 8.566 de 11 de fevereiro de 2020, resolveu, em agosto de 2023, liberar para início da operação comercial as unidades geradoras da Central Eólica Acauã III por meio do despacho nº 3.161, sendo que partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foi disponibilizada no sistema.

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Comercialização de energia

A Companhia possui, contrato para venda da energia gerada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). O atendimento desse contrato ocorre em conjunto com a energia gerada por todas as centrais eólicas do Parque Acauã.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 08 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e autorizam a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados que serão realizados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4 e 13 - Fornecimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento;
- **Nota 5 e 6 - Depreciação e amortização** - taxa de depreciação e amortização: vida útil dos ativos;
- **Nota 4, 5 e 6 - Recuperabilidade dos ativos** - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- **Nota 5, 8 e 10 - Provisões** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.5 | Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis e estimativas materiais aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados.

2.6 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024. A administração da Companhia concluiu que para as normas abaixo, não tivemos impactos práticos materiais nestas demonstrações financeiras.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7);

Adicionalmente, algumas outras normas, alterações e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor ou não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

- Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7); e
- Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (CPC 26/IFRS 18).

2.7 | Informações por segmentos

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de geração e venda de energia, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelos gestores da Companhia e suas demonstrações do resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que suas demonstrações do resultado, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	4	9
Recursos mantidos em aplicações financeiras	16.474	808
	16.478	817

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificado de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI de 98% em 31 de dezembro de 2024 (99% em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação.

Para detalhes sobre a exposição da Companhia a risco de crédito para ativos financeiros, veja a nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

Política contábil

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao custo amortizado na data das demonstrações financeiras.

4 | Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalentes	723	682
Suprimento a outras concessionárias	406	525
Câmara de comercialização de energia elétrica	40	427
	1.169	1.634

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, não possuíamos títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para detalhes sobre a política do contas a receber e o risco de crédito da Companhia vejam notas explicativas nº 12 - Receita líquida e nº 16 - Instrumentos financeiros, respectivamente.

Política contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de energia da Companhia. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência.

“Impairment”

Em relação ao “impairment” de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

5 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a Companhia é como segue:

	Custos com desmobilização	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Imobilizado em curso (a)	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	114.729	114.729
Adições	723	-	-	-	-	-	28.239	28.962
Baixas	-	-	-	-	-	-	(236)	(236)
Transferência	-	4.057	136.237	12	-	-	(140.306)	-
Em 31/12/2023	723	4.057	136.237	12	-	-	2.426	143.455
Adições	-	-	-	-	2.807	-	-	2.807
Baixas	(237)	-	-	-	(44)	-	(32)	(313)
Transferência	-	4.925	(7.171)	2.999	-	22	(775)	-
Em 31/12/2024	486	8.982	129.066	3.011	2.763	22	1.619	145.949
Depreciação acumulada								
Em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	(49)	(2.072)	-	-	-	(9)	(2.130)
Em 31/12/2023	-	-	(2.072)	-	-	-	(9)	(2.130)
Adições	(23)	(354)	(5.113)	(251)	(56)	(4)	-	(5.801)
Baixas	23	-	-	-	44	-	9	77
Em 31/12/2024	-	(403)	(7.185)	(251)	(12)	(4)	-	(7.854)
Valor líquido								
Em 31/12/2023	723	4.008	134.165	12	-	-	2.417	141.325
Em 31/12/2024	486	8.579	121.881	2.760	2.751	18	1.619	138.095
Taxa média de depreciação	3,80%	5,43%	3,85%	16,61%	2,03%	18,18%	-	4,01%

(a) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

Custo com desmobilização (provisão)

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados ao parque e de restauração do local ao final do prazo de autorização de operação. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$547 (R\$724 em 31 de dezembro de 2023).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 10 - Provisão para compromissos futuros.

Terrenos

A Companhia reconhece um ativo de “terreno” como imobilizado e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de “terreno” é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada. A taxa de depreciação aplicada neste ativo é calculada pelo prazo do contrato de arrendamento.

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil econômica estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - Impairment

A Companhia avalia, em todo reporte, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangível, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso

corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Para os exercícios de 2024 e 2023, não foram identificados triggers de impairment no imobilizado e para o ativo intangível.

6 | Intangível

A composição e a movimentação dos ativos intangíveis da Companhia é como segue:

	Licença ambiental	Direito de uso	Servidão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição					
Em 31/12/2022	-	-	-	6.970	6.970
Adições	1.747	-	30	-	1.777
Transferência	-	5.240	1.730	(6.970)	-
Em 31/12/2023	1.747	5.240	1.760	-	8.747
Baixas	(827)	-	-	-	(827)
Em 31/12/2024	920	5.240	1.760	-	7.920
Amortização acumulada					
Em 31/12/2022	-	-	-	-	-
Adições	(10)	(74)	-	-	(84)
Em 31/12/2023	(10)	(74)	-	-	(84)
Adições	(326)	(148)	(75)	-	(549)
Baixas	336	-	-	-	336
Em 31/12/2024	-	(222)	(75)	-	(297)
Valor líquido					
Em 31/12/2023	1.737	5.166	1.760	-	8.663
Em 31/12/2024	920	5.018	1.685	-	7.623
Taxa média de depreciação	24,45%	2,82%	4,26%	-	6,59%

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da autorização. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem a licença operacional, direito de uso e servidão.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais e de autorização.

Para detalhes sobre a política de “impairment” do intangível, veja nota explicativa nº 5 - Imobilizado em avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - “impairment”.

7 | Tributos a recolher sobre o lucro

A composição dos tributos sobre o lucro é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a recolher	22	-
Contribuição social a recolher	22	-
	44	-

7.1 | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas das despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas em resultado para os exercícios de 2024 e 2023 é conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta tributada pelo regime de caixa	13.055	6.182
Presunção imposto de renda – 8% (i)	1.044	495
Presunção contribuição social – 12% (ii)	1.567	742
Demais receitas e ganhos de capital (iii)	317	95
Base de cálculo do imposto de renda (i) + (iii)	1.361	590
Imposto de renda – 15%	204	89
Adicional de imposto de renda – 10%	112	42
Total de IRPJ (iv)	316	131
Base de cálculo da contribuição social (ii) + (iii)	1.884	837
Contribuição Social – 9%	170	75
Total da CSLL (v)	170	75
Imposto de renda e contribuição social (iv) + (v)	486	206

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Nesta sistemática, são aplicadas alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

8 | Fornecedores

A composição dos fornecedores é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços	820	567
Fornecedores de materiais e serviços (imobilizado)	1.511	1.652
	2.331	2.219

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 38 dias em 31 de dezembro de 2024 (53 dias em 31 de dezembro de 2023). E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para detalhes em relação ao fluxo de pagamentos e dos riscos: taxa de câmbio; taxa de juros; elevação da inflação; liquidez; aceleração do vencimento da dívida; crédito; liquidez relacionados a fornecedores e hidrológicos vide nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

Política contábil

Fornecedores são registrados inicialmente ao seu valor presente com contrapartida em conta específica do resultado. Para mais detalhes sobre a política dos fornecedores veja nota nº 16 - Instrumentos financeiros.

9 | Arrendamento

A composição dos arrendamentos é como segue:

Descrição	Taxa	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento terrenos	9,63%	28/08/2045	2.780	-
Classificadas como:				
Passivo circulante			305	-
Passivo não circulante			2.475	-
			2.780	-

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Em 31/12/2023	-
Adições	2.807
Pagamentos dos arrendamentos	(134)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	107
Em 31/12/2024	2.780

Referente a movimentação do arrendamento no ano de 2024, apenas o montante de R\$134 teve efeito de caixa.

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 9,63% a.a. A Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento.

Os vencimentos dos arrendamentos apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Eventos	
2026	278
2027	254
2028	232
2029	211
2030	193
2031 a 2035	737
2036 em diante	570
	2.475

Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso como “imobilizado” e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia utiliza julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação, quando aplicável. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Para detalhes sobre a política do contas a receber e o risco de crédito da Companhia vejam notas explicativas nº 12 - Receita líquida e nº 16 - Instrumentos financeiros.

10 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Provisão socioambiental	Desmantelamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Adições (Baixas)	1.746	724	2.470
Pagamentos	(99)	-	(99)
Atualizações	65	-	65
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.712	724	2.436
Baixas	(491)	(212)	(703)
Pagamentos	(497)	-	(497)
Atualizações	157	35	192
Saldo em 31 de dezembro de 2024	881	547	1.428

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	228	361
Passivo não circulante	1.200	2.075
	1.428	2.436

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante, não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 11,10% em 31 de dezembro de 2024 (9,16% em 31 de dezembro de 2023).

Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões de desmantelamento e socioambiental, vide notas explicativas nº 5 - Imobilizado e nº 6 - Intangível, respectivamente.

Política contábil

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a consequente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

11 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da Companhia:

	Cíveis	TOTAL
Saldo em 31/12/2022	25	25
Atualizações	4	4
Saldo em 31/12/2023	29	29
Atualizações	16	16
Saldo em 31/12/2024	45	45

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações cíveis

- **Ação de desapropriação**

Ação de instituição de Servidão Administrativa com pedido de liminar, movida por Central Eólica Acauã III S.A., em face de Geranize Maria de Araujo, referente à gleba de 31.258,71 m² localizada Lagoa Nova/RN, necessária à implantação da Linha de Transmissão SE Acauã - SE Lagoa Nova II, circuito simples, 230 kV.

O valor provisionado como perda provável é de R\$33 em 31 de dezembro de 2024 (R\$29 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de desapropriação**

Trata-se de ação indenizatória na qual os Autores afirmam que detém perante a Ré “Instrumento Particular de Promessa de Constituição de Servidão”, assinado em 20/08/2020, no qual Autora receberia a título de contrapartida à constituição de servidão.

O valor provisionado como perda provável é de R\$12 em 31 de dezembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição dos saldos da Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023
Ambiental	582	480
Cíveis	548	40
	1.130	520

Ações ambientais

- **Ação de indenização perturbação ao sossego**

Trata-se de “Ação Indenizatória por Danos Morais em Função da Perturbação ao Sossego”. Na Petição Inicial, os Autores alegam que residem ao lado de um dos aerogeradores de Acauã III e que o início do funcionamento das hélices teria revelado ruídos excessivamente perturbadores, causados pelo seu movimento rotativo, que passou a lhes causar desconforto, agravado pelo fato de que seriam idosos, estando doentes e, portanto, “são particularmente sensíveis à poluição sonora”. Foi atribuído o valor de R\$356 em 31 de dezembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização impacto dos ruídos dos aerogeradores**

Trata-se de Ação de Indenização, ajuizada por Maria de Fátima e Rodrigo, em face do Complexo Eólico Acauã e outros, requerendo, ao final, o pagamento de montante indenizatório, em razão do impacto dos ruídos ocasionados pela instalação dos aerogeradores. Sendo atribuído o valor de R\$201 em 31 de dezembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização danos morais e materiais**

Trata-se de “Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais”. Na Petição Inicial, os Autores alegam que residem nas proximidades de um aerogerador e que, após o início do funcionamento das torres eólicas, os moradores da região, inclusive ele, passaram a sofrer com os ruídos excessivos causados. Além disso, aduz que a distância entre a torre em questão e o seu imóvel seria menor do que o determinado pela norma técnica. Sendo atribuído o valor de R\$13 em 31 de dezembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	581	509
	581	509

Política contábil

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

12 | Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era de R\$152.711 (R\$139.955 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 152.711.000 (cento e cinquenta e dois milhões e setecentos e onze mil reais) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (139.955.000 (cento e trinta e novo milhões, novecentos de cinquenta e cinco mil reais) em 31 de dezembro de 2023).

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionista	31/12/2024		31/12/2023	
	(Nº de Ações)	(Em R\$)	(Nº de Ações)	(Em R\$)
Aliança Geração de Energia S.A.	152.711.000	152.711	139.955.000	139.955

Em 25 de julho de 2024, a assembleia geral extraordinária deliberou sobre o aumento de capital da Companhia no montante de R\$12.756 (Em 2023 o montante de R\$57.003) mediante a emissão de 12.756.000 (em 2023, o montante de 57.002.851) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")

Durante o exercício de 2024, a Companhia registrou o valor de R\$10.000 (R\$26.202 em 2023) correspondentes a 10.000.000 ações (26.202.000 em 2023), como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo remanescente será integralizado em ata de Assembleia Geral Extraordinária, a ocorrer em 2025.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	12.756	43.557
AFAC efetuados	10.000	26.202
AFAC integralizados no capital social	(12.756)	(57.003)
Saldo no final do exercício	10.000	12.756

13 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITAS		DESPESAS	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aliança Geração de Energia S.A. (i)	10.092	-	10.092	121	-	-	1.048	724
Grupo Vale (ii)	723	525	-	-	7.630	2.926	-	-
Grupo Cemig (ii e iii)	-	682	-	-	5.227	2.065	42	20
Central Eólica Acauã II S.A.(iv)	1.059	1.059	-	-	-	-	-	-
	11.874	2.266	10.092	121	12.857	4.991	1.090	744

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) prestação de serviços com backoffice; (ii) venda de energia, onde as condições foram estabelecidas com base em contratos firmado entre as partes; (iii) custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão); (iv) compartilhamento de despesas;

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Conforme informado no contexto operacional, a Cemig foi considerada como parte relacionada até 13 de agosto de 2024, quando ocorreu a conclusão da transação da aquisição da Aliança Geração de Energia S.A.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateada conforme contrato de prestação de serviços entre as Companhias.

Política contábil

A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia, uma empresa de energia. As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

14 | Receita Líquida

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	13.404	4.990
Transações com energia na CCEE	43	1.409
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(1.017)	(442)
	12.430	5.957

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para Companhia é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	7.770	2.926
Suprimento a outras concessionárias	5.634	2.064
	13.404	4.990

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos sobre a receita		
PIS	(102)	(40)
COFINS	(472)	(185)
ICMS - substituição tributária	(351)	(217)
	(925)	(442)
Encargos do consumidor		
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(92)	-
	(92)	-
	(1.017)	(442)

¹ O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

Política contábil

De forma geral, para o negócio da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes pelo fornecimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do montante de venda pela tarifa negociada/contratada.

15 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(6.340)	(2.214)
Serviços de terceiros	(1.653)	(532)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.582)	(425)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.185)	(1.070)
Operação e manutenção	(1.122)	-
Outros custos	(703)	(74)
	(12.585)	(4.315)

b. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(280)	(413)
Outras despesas	(94)	(225)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	(421)
Despesas com contingências	-	(4)
	(374)	(1.063)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 a companhia ainda não havia entrado em operação comercial plena, estava em fase de testes, alocando assim os encargos de uso da rede básica de transmissão em despesas gerais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2024, com a Companhia em operação comercial plena, os encargos estão alocados somente nos custos operacionais.

16 | Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	374	20
Juros sobre depósitos judiciais	75	68
Receita financeira - CCEE	2	10
	451	98
Despesas financeiras		
Encargos financeiros - compromissos futuros	(194)	(65)
Juros arrendamentos	(107)	-
Outras despesas financeiras	(9)	(34)
	(310)	(99)
	141	(1)

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre arrendamentos, encargos financeiros sobre compromissos futuros e outras despesas financeiras.

17 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, arrendamentos e outros passivos. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo dos instrumentos financeiros mencionados no quadro abaixo como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	16.478	16.478	817	817
Contas a receber	1.169	1.169	1.634	1.634
Outros ativos	255	255	227	227
	17.902	17.902	2.678	2.678
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	2.331	2.331	2.219	2.219
Arrendamentos	2.780	2.780	-	-
Outros passivos	120	120	45	45
	5.231	5.231	2.264	2.264

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa mantidos até o vencimento entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os arrendamentos, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, o CDI será de 12,39% para as aplicações financeiras. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente:

Descritivo	31/12/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,39%	Cenário I CDI 15,49%	Cenário II CDI 18,59%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3)	16.474	14.433	13.922	13.441
Ativo exposto	16.474	14.433	13.922	13.441
Efeito no resultado		(2.041)	(2.552)	(3.063)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A acionista da Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores e arrendamentos, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Instrumentos financeiros ¹	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	2.331	2.331	2.331	-	-	-
Arrendamentos	2.780	2.902	81	237	1.018	1.566
	5.070	5.192	2.371	237	1.018	1.566

¹Os instrumentos financeiros à taxa de juros pós fixados.

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com partes relacionadas ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com parte relacionada entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de sua acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	16.478	817
Contas a receber	1.169	1.634
Outros ativos	255	227
Total da exposição	17.902	2.678

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

18 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores com vencimento em outubro de 2027, o qual resultará em uma despesa total de R\$4.123 em 31 de dezembro de 2024 (R\$4.488 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31 de dezembro de 2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$2.528 (R\$2.524 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de arrendamento

A Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão sendo implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida por aerogerador implantado no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é R\$5.880 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

19 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição/(Baixas) de provisão para compromisso futuro - desmantelamento	(212)	723
Adição/(Baixas) de provisão para compromissos futuros - licença de operação	(491)	1.747
Adição de arrendamentos	2.807	-
Fornecedores de imobilizado	141	1.652
	2.245	4.122

20 | Eventos subsequentes

Em 31 de março de 2025 a Vale S.A. (“Vale”), informou que celebrou um acordo com a Global Infrastructure Partners (“GIP”) para estabelecer uma joint venture na Aliança Geração de Energia S.A., controladora integral da Companhia. Uma vez concluída a transação, a Vale receberá aproximadamente US\$1 bilhão e deterá 30% na Join Venture enquanto a GIP terá os 70% restantes.

A transação está sujeita às condições precedentes usuais, incluindo a anuência ou a aprovação de órgãos regulatórios competentes.

DIRETORIA

Marcos Liberato do Nascimento
Diretor Técnico

Carlos Henrique Afonso
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG – 105611/O-3



A nova geração da energia.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0413412

Passo 3 - Digite a senha: szWy94Yp